



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA**

PREGÃO ELETRÔNICO N° 09/2022

Travessa Antônio Baena, 1113, Marco.

E-mail: mauricio.souza@sudam.gov.br

Fone: (91) 4008-5611/5582

Torna-se público que a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM, por meio de seu Pregoeiro, designado através da Portaria n° 180, de 01 de outubro de 2021, realizará licitação, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO** – do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**, conforme descrito neste Edital. O procedimento licitatório será sob a forma de execução indireta, nos termos da Lei n° 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto n° 10.024, de 20 de setembro de 2019, do Decreto 9.507, de 21 de setembro de 2018, do Decreto n° 7.746, de 05 de junho de 2012, das Instruções Normativas SEGES/MP n° 05, de 26 de maio de 2017 e n° 03, de 26 de abril de 2018 e da Instrução Normativa SLTI/MP n° 01, de 19 de janeiro de 2010, da Lei Complementar n° 123, de 14 de dezembro de 2006, do Decreto n° 8.538, de 06 de outubro de 2015, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei n° 8.666, de 21 de junho de 1993 e as exigências estabelecidas neste Edital e seus Anexos que o integram e as que vierem a alterar, e em conformidade com a autorização contida no **Processo n° 59004.000942/2022-14**.

1 – DO OBJETO

- 1.1. O objeto desta licitação é a contratação de empresa especializada na organização e realização de eventos e correlatos, com fornecimento de toda a infraestrutura necessária, incluindo montagem e desmontagem e contratação de profissionais, conforme especificações, exigências e quantidades estabelecidas nos Anexos IA - Especificações e IIA - Modelos.
- 1.2. A licitação será realizada em grupo único, formados por 33. itens, conforme tabela constante no Termo de Referência, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem.
- 1.3. O critério de julgamento adotado será o menor preço GLOBAL do grupo, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

1.4 – DA ABERTURA

1.4.1. A abertura da sessão pública ocorrerá por meio de sistema eletrônico, conforme indicado a seguir:

LOCAL: www.compras.gov.br

DATA: 20/09/2022

HORÁRIO: 09:00 horas (hora de Brasília)

2 – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2.1. As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União para o exercício de 2022, na classificação abaixo:

- a) Gestão/Unidade: 533013/53202
- b) Fonte: 0100000000
- c) Programa de Trabalho: 04122003220000001
- d) Elemento de Despesa: 339039
- e) PI: 22ASCOM

3 – DO CREDENCIAMENTO

3.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

3.2. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br/> por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.

3.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

3.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

4 – DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

4.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018.

4.1.1. Os licitantes deverão utilizar o certificado digital para acesso ao Sistema.

4.2. Não poderão participar desta licitação os interessados:

4.2.1 Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

4.2.2 Que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

4.2.3 Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

4.2.4 Que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;

4.2.5 Que estejam sob falência, concurso de credores ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação;

4.2.6 Entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;

4.2.7 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário);

4.2.8 Sociedades cooperativas, considerando a vedação contida no art. 10 da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 2017.

4.3. Nos termos do art. 5º do Decreto nº 9.507, de 2018, é vedada a contratação de pessoa jurídica na qual haja administrador ou sócio com poder de direção, familiar de:

- a) Detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou contratação; ou
- b) De autoridade hierarquicamente superior no âmbito do órgão contratante.

4.3.1 Para os fins do disposto neste item, considera-se familiar o cônjuge, o companheiro ou o parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau (Súmula Vinculante/STF nº 13, art. 5º, inciso V, da Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013 e art. 2º, inciso III, do Decreto nº 7.203, de 04 de junho de 2010);

4.4. Nos termos do art. 7º do Decreto nº 7.203, de 2010, é vedada, ainda, a utilização, na execução dos serviços contratados, de empregado da futura contratada que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança neste órgão contratante.

4.5. Como condição para participação no Pregão, o licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

4.5.1. Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus artigos 42 a 49.

4.5.1.1. Nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento do certame;

4.5.1.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.5.2. Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;

4.5.3. Que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

4.5.4. Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

4.5.5. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.5.6. Que a proposta foi elaborada de forma independente;

4.5.7. Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregado executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.5.8. Que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

4.6. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

5 – DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, **concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital**, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

5.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

5.3. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

5.4. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

5.5. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.6. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema.

5.7. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

5.8. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

6 – DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. O valor unitário e total de cada item.

6.1.2. Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência.

6.2. Os Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços, apurados mediante o preenchimento do modelo de Planilha de Custos e Formação de Preços, conforme anexo deste Edital;

6.3.1. A Contratada deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do §1º do artigo 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

6.3.2. Caso o eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos se revele superior às necessidades da contratante, a Administração deverá efetuar o pagamento seguindo estritamente as regras contratuais de faturamento dos serviços demandados e executados, concomitantemente com a realização, se necessário e cabível, de adequação contratual do quantitativo necessário, com base na alínea "b" do inciso I do art. 65 da Lei n. 8.666/93 e nos termos do art. 63, §2º da IN SEGES/MP n.5/2017.

6.4. A empresa é a única responsável pela cotação correta dos encargos tributários. Em caso de erro ou cotação incompatível com o regime tributário a que se submete, serão adotadas as orientações a seguir:

6.4.1. Cotação de percentual menor que o adequado: o percentual será mantido durante toda a execução contratual;

6.4.2. Cotação de percentual maior que o adequado: o excesso será suprimido, unilateralmente, da planilha e haverá glosa, quando do pagamento, e/ou redução, quando da repactuação, para fins de total ressarcimento do débito.

6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses, devendo o licitante ou contratada apresentar ao pregoeiro ou à fiscalização, a qualquer tempo, comprovação da adequação dos recolhimentos, para os fins do previsto no subitem anterior.

6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento dos serviços, serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.8. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.

6.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas.

6.10.1. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobre-preço na execução do contrato

7 – DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicado neste Edital.

7.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis, ilegalidades, ou não apresentem as especificações exigidas no Termo de Referência.

7.2.1. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

7.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

7.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

7.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor global do item, observados os valores estimados pela SUDAM para o item.

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 25,00 (vinte e cinco reais).

7.9. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.10. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

- 7.11. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 7.12. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.
- 7.13. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.
- 7.14. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 7.15. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 7.16. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 7.17. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 7.18. O critério de julgamento adotado será o menor preço, conforme definido neste Edital e seus anexos.
- 7.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 7.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.
- 7.21. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 7.22. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 7.23. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.24. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.25. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.26. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, ao objeto executado:

7.26.1. Por empresas brasileiras;

7.26.2. Por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.26.3. Prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

7.27. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas ou os lances empatados.

7.28. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

7.28.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.28.2. O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 02 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.28.3. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.29. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8 – DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto n.º 10.024/2019.

8.2. A análise da exequibilidade da proposta de preços deverá ser realizada com o auxílio da Planilha de Custos e Formação de Preços, a ser preenchida pelo licitante em relação à sua proposta final, conforme anexo deste Edital.

8.3. A inexecuibilidade dos valores referentes a itens isolados da Planilha de Custos e Formação de Preços não caracteriza motivo suficiente para a desclassificação da proposta, desde que não contrariem exigências legais.

8.4. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, nos termos do item 9.1 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017, que:

8.4.1. Não estiver em conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital;

8.4.2. Contenha vício insanável ou ilegalidade;

8.4.3. Não apresente as especificações técnicas exigidas pelo Termo de Referência;

8.4.4. Apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 - TCU - Plenário), percentual de desconto inferior ao mínimo exigido, ou que apresentar preço manifestamente inexequível:

8.4.4.1. Quando o licitante não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:

8.4.4.1.1. For insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

8.4.4.1.2. Apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias, acordo, dissídio ou convenção coletivas de trabalho vigentes.

8.5. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do § 3º do artigo 43 da Lei nº 8.666, de 1993 e a exemplo das enumeradas no item 9.4 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP N. 5, de 2017, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

8.6. Quando o licitante apresentar preço final inferior a 30% (trinta por cento) da média dos preços ofertados para o mesmo item, e a inexecuibilidade da proposta não for flagrante e evidente pela análise da planilha de custos, não sendo possível a sua imediata desclassificação, será obrigatória a realização de diligências para aferir a legalidade e exequibilidade da proposta.

8.7. Quando o licitante apresentar preço final inferior a 30% (trinta por cento) da média dos preços ofertados para o mesmo item, e a inexecuibilidade da proposta não for flagrante e evidente pela análise

da planilha de custos, não sendo possível a sua imediata desclassificação, será obrigatória a realização de diligências para aferir a legalidade e exequibilidade da proposta.

8.8. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

8.8.1 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

8.9. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

8.9.1. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

8.9.2. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se a proposta readequada com o valor final ofertado.

8.10. Todos os dados informados pelo licitante em sua proposta deverão refletir com fidelidade os custos especificados e a margem de lucro pretendida.

8.11. O Pregoeiro analisará a compatibilidade dos preços unitários apresentados na proposta com aqueles praticados no mercado;

8.12. Erros no preenchimento da proposta não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A proposta poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo Pregoeiro, desde que não haja majoração do preço.

8.12.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

8.12.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8.13. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8.14. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

8.15. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para sua continuidade.

8.16. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

8.17. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital

9 – DA HABILITAÇÃO

9.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) SICAF;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);
- c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).
- d) Lista de Inidôneos, mantidos pelo Tribunal de Contas da União - TCU(<https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:CERTIDAO:0:>);

9.1.1. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “b”, “c” e “d” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>)

9.1.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

9.1.2.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

9.1.2.1.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

9.1.2.1.2. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

9.1.3. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

9.1.4. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.2. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação do licitante será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e

trabalhista, à qualificação econômico-financeira e habilitação técnica, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018.

9.2.1. O interessado, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018 mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas;

9.2.2. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

9.2.3. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019.

9.3. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 2h (duas) horas, sob pena de inabilitação.

9.4. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

9.5. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.6. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.6.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

9.7. Ressalvado o disposto no item 5.3, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação.

9.8. Habilitação jurídica:

9.8.1. No caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.8.2. Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

9.8.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente

registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

9.9. Regularidade fiscal e trabalhista:

- 9.9.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;
- 9.9.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 9.9.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 9.9.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 9.9.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal e estadual, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 9.9.6. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 9.9.7. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Municipal do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

9.10. Da Qualificação Técnica:

- 9.10.1. Atestado(s) de Capacidade Técnica, expedido(s) por empresa pública ou privada, comprovando a experiência da empresa na prestação de serviços pertinentes e compatíveis com o objeto da licitação em características, quantidades e prazos;
 - 9.10.1.1. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;
 - 9.10.1.2. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5, de 2017.
 - 9.10.1.3. Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma

única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.

- 9.10.1.4. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, consoante o disposto no item 10.10 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.

9.10.2. Comprovação de cadastro no Ministério do Turismo, no Programa denominado “CADASTUR – Sistema de Cadastro dos Prestadores de Serviços Turísticos e Profissionais do Turismo”, conforme disposições contidas no Decreto Estadual nº 6.744/2008, na Lei Federal nº 11.771/2008, regulamentada pelo Decreto Federal nº 7.381/2010.

9.10.3. Declaração atestando que cumpre os requisitos de habilitação técnica previsto no item 7 do Termo de referência, e que no ato da assinatura do contrato, caso seja vencedora da licitação, apresentará o responsável técnico pela execução, que pode se dar mediante contrato social, registro em carteira profissional, ficha de empregado ou contrato de trabalho, sendo possível a contratação de profissional autônomo que preencha os requisitos e se responsabilize tecnicamente pela execução dos serviços, com cópia autenticada do respectivo registro no Conselho de Classe, conforme Modelo Anexo IV

9.10.4 O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

9.10.5 A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do Edital.

9.10.5.1. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

9.10.6 Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa equiparada, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

9.10.7A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

9.10.8. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

9.10.9 Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

9.10.11 Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.10.12 Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados deverão estar em nome da LICITANTE e com número do CNPJ e endereço respectivo.

9.10.13 Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

10 – DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

10.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 2h (duas horas), a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

10.1.1. Ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

10.1.2. Apresentar a planilha de custos e formação de preços, devidamente ajustada ao lance vencedor, em conformidade com o modelo anexo a este Edital;

10.1.3. Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

10.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

10.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

10.4. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 5º da Lei nº 8.666/93).

10.4.1. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

10.5. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

10.6. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

10.7. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

11 – DOS RECURSOS

11.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo trinta minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma

motivada, isto é, indicando contra quais decisões pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

11.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

11.2.1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

11.2.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

11.2.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

12 – DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

12.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

12.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

12.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

12.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

12.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”) ou e-mail de acordo com a fase do procedimento licitatório.

12.2.2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

13 – DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

13.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

13.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o procedimento licitatório.

14 – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

14.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

15 – DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

15.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

15.2. O adjudicatário terá o prazo de 05(cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (**Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização**), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

15.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), disponibilização de acesso ao sistema de processo eletrônico para esse fim ou outro meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento ou da disponibilização do acesso ao sistema de processo eletrônico.

15.2.2. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

15.3. A assinatura do contrato junto à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

15.3.1. A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Edital e seus anexos;

15.3.2. A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 79 e 80 da mesma Lei.

15.4. O prazo de vigência do contrato será de 06 (seis) meses.

15.5. Previamente à contratação a Administração realizará consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018, e nos termos do art. 6º, III, da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, consulta prévia ao CADIN.

15.5.1. Nos casos em que houver necessidade de assinatura do instrumento de contrato, e o fornecedor não estiver inscrito no SICAF, este deverá proceder ao seu cadastramento, sem ônus, antes da contratação.

15.5.2. Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

15.6. Na assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no Edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preço.

15.7. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços.

16. DO REAJUSTAMENTO

16.1. Os preços são fixos e irredutíveis

17. DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

17.1. Os critérios de aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência no item 16, como se aqui estivessem transcritos.

18. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

18.1. Da Contratante (SUDAM): são aquelas constantes no **Item 9 do Termo de Referência**, como se aqui estivessem transcritas.

18.2. Da Contratada (EMPRESA): são aquelas constantes no **Item 10 do Termo de Referência**, como se aqui estivessem transcritas.

19. DO PAGAMENTO

19.1. As regras acerca do pagamento são as estabelecidas no **Item 15 do Termo de Referência**, como se aqui estivessem transcritas.

20 – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

20.1. As sanções administrativas são aquelas contidas no **Item 17 do Termo de Referência** parte integrante deste Edital, como se aqui estivessem transcritas.

21 – DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

21.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

21.2. A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail mauricio.souza@sudam.gov.br; clc@sudam.gov.br, ou por petição dirigida ou protocolada no endereço Tv. Antônio Baena, 1113, CEP: 66.093-82, Setor de Protocolo - Térreo, endereçada ao Pregoeiro – Coordenação de Licitações e Contratos.

21.3. Caberá ao pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de 2 (dois) dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.

21.4. Acolhida à impugnação contra o ato convocatório será designada nova data para a realização do certame.

21.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital.

21.6. O Pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de 2 (dois) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do Edital e dos anexos.

21.7. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

21.7.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

21.8. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a Administração.

22. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

22.1. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

22.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

22.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

22.4. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

22.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

22.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

22.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

22.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

22.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

22.10. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

22.11. Este Edital e seus anexos poderão ser lidos ou obtidos, integralmente nos sítios <https://www.gov.br/compras/pt-br> e <https://www.gov.br/sudam/pt-br/aceso-a-informacoes/licitacoes-e-contratos/andamento/2022/licitacoes-e-contratos-em-andamento-2022>.

22.12. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

22.12.1. ANEXO I - Termo de Referência e seus anexos;

Anexo I A - Especificações

22.12.2 ANEXO II A - Modelos

22.12.3. ANEXO III — Minuta de Termo de Contrato

22.12.4 ANEXO IV- Modelo de declaração indicação do responsável técnico

Belém-PA, 06 de setembro de 2022.

Maurício Santos de Souza
Pregoeiro

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA E SEUS ANEXOS

(ANEXO AO EDITAL - DOCUMENTO EM PDF)

ANEXO II
MODELO DE PROPOSTA

A empresa _____ com sede na cidade de _____ (rua, avenida, etc.) _____, n°. _____ inscrita no CNPJ/MF sob o n°. _____, neste ato representada por _____, abaixo assinado, propõe a SUDAM a prestação do objeto deste Ato Convocatório, de acordo com esta Proposta Comercial, nas seguintes condições:

Tabela 1 - ESTRUTURA FÍSICA							
	Item	Descrição	Especificação	Quantidade	Unidade	Preço Unitário	Preço Total
G1	01	Barraca 2x2	Barracas com estrutura metálica desmontável com cobertura e saia de lona branca, com sistema de montagem rápida, com uma bancada de material metálico de 45 cm de largura, impermeável e resistente ao peso de 100 kg. As lonas da saia serão adesivadas com a identidade visual do evento em tamanho 1m largura x 0,90 de altura, centralizada, com decoração em sarrapilheira e fitas coloridas grossas alusivas às fitas do Círio de Nazaré (com inscrições), nos dois lados. As fitas também serão colocadas nas pontas de toda a cobertura de lona branca. As barracas terão um ponto de iluminação, 02 tomadas elétricas, uma 110 V e outra de 220 V. Deverão estar limpas e em excelente estado de conservação. Tamanho de 2 x 2 metros.	22	und		
	02	Barraca 2x3	Barracas com estrutura metálica desmontável com cobertura e saia de lona branca, com sistema de montagem rápida, com uma bancada de material metálico de 45 cm de largura, impermeável e resistente ao peso de 150 kg. As lonas da saia terão impressão da identidade visual do evento em tamanho 1m largura x 0,90 de altura, centralizada, com decoração em sarrapilheira e fitas coloridas grossas alusivas às fitas do Círio de Nazaré (com inscrições), nos dois lados. As fitas também serão	06	und		

			colocadas nas pontas de toda a cobertura de lona branca. As barracas terão um ponto de iluminação, 04 tomadas elétricas, duas 110 V e duas de 220 V. Deverão estar limpas e em excelente estado de conservação. Tamanho de 2 x 3 metros.				
	03	Banqueta	Banqueta com estrutura metálica e estofado de couro ou similar na cor branco, conforme desenho no Anexo II. Altura até Assento: 72cm; Altura até Encosto: 95cm; Largura: 33cm; Diâmetro do Assento: 33cm; Dimensão do Encosto: 23 x 34cm; Cor da Base: Branco; Cor do Assento: Branco; Peso Máximo Suportado: 100 kg.	28	und		
	04	Balcão armário	Balcão armário em octanorm, com porta de correr e uma prateleira interna, medindo 0,50 (largura) x 1,00 (comprimento) x 1,00 (altura) metro.	24	und		
G1	05	Mesa de apoio	Mesa de apoio em ferro e madeira de 0,50 (largura) x 1,00 (comprimento) x 0,90 (altura) metro.	06	und		
	06	Expositores de artesanato	Construídos em marcenaria e revestido de material TNT ou similar, imitando madeira de tom claro, com seis prateleiras e dois depósitos na base. Cada depósito terá duas portas sem chave. Medidas conforme modelo no Anexo II.	04	und		
	07	Banco bistrô	Banco bistrô de madeira, regulável, medindo 0,38 (largura) x 0,37 (comprimento) x 1,00 (altura) metro.	08	und		
	08	Espaço Institucional	Painel em Fórmica TS branco brilhante, conforme indicado no desenho no Anexo II. Forro vazado em toda sua extensão; iluminação com calhas auto portante a cada 03m². 10 unidades; tomadas de 110 V, no total de 10 unidades, conforme layout em Anexo II; Piso elevado com forração em tapete vinílico; Parede de vidro TIPO SPIDER, vidro de 6mm ou superior, temperado ou com qualidade equivalente.	01	und		
	09	Poltrona de 1 lugar	Poltrona de 1 lugar, medindo 80 (largura) x 90 (comprimento) cm. Altura do assento = 45 cm, estilo em	03	und		

		linhas retas e na cor cinza claro.				
10	Poltrona de 2 lugares	Poltrona de 2 lugares, medindo 80 (largura) x 150 (comprimento) cm. Altura do assento = 45 cm, estilo em linhas retas e na cor cinza claro.	01	und		
11	Mesa de centro	Mesa de centro, de madeira e vidro, medindo 45 (largura) x 60 (comprimento) cm. Altura = 38 cm.	01	und		
12	Mesa de canto	Mesa de canto, de madeira e vidro, medindo 40 x 40 cm. Altura = 50 cm.	04	und		
13	Puff 50x50	Puff de courino na cor branco, medindo 50 x 50 cm. Altura do assento = 45 cm.	03	und		
14	Puff 100x100	Puff Veneza com acabamento em botão quadrado. Desenvolvido em madeira multilaminada e revestido em tecido linho cinza. Altura: 45 cm, Largura: 100 cm, Profundidade: 100 cm.	08	und		
15	Cachepô	Cachepô de madeira com vaso com planta de tamanho médio.	13	und		
16	Palco 1	Palco Praticável, em aço galvanizado e compensado naval de 25mm, alta resistência a carga e intempéries. Acarpetado, c/ pés reguláveis de 20 a 90cm de altura, com acabamento em tecido, escada, e se eventualmente for necessário com rodas. Medidas: 3 (largura) x 5 (comprimento) metros.	01	und		
17	Palco 2	Palco Praticável, em aço galvanizado e compensado naval de 25mm, alta resistência a carga e intempéries. Acarpetado, c/ pés reguláveis de 20 a 90cm de altura, com acabamento em tecido, escada, e se eventualmente for necessário com rodas. Medidas: 3 (largura) x 4 (comprimento) metros	01	und		
18	Tenda Palco 2	Cobertura em lona vinílica branco impermeável sobre tenda modulável em estrutura tubular metálica galvanizada, devendo a lona ter gramatura mínima de 700g/m² e filtro solar. Deverá ser montada sobre pilares com tubos galvanizados de diâmetro mínimo de 1 ½ polegadas (48,30 mm), contra ventados em tubos metálicos, devidamente estaiados no solo ou em outra estrutura de apoio através de cabos de aço; com lona de proteção lateral TRANSPARENTES, antimoho, antichamas, antirraios e resistência a	01	und		

			ruptura até 200kgf/m², com resistência a ventos de até 120 km/h. Deverão ser instaladas e ficar enroladas e desenrolar somente no momento de chuva. A tenda terá 02 (dois) pontos de iluminação pendente de lâmpada mista de no mínimo 250w ou Led de 75w, luminária de emergência de 30 leds, bivolt. Mínimo de 2 unidades. Deverão ser apresentadas limpas e em excelente estado de conservação. Tamanho: 6 x 6 metros.				
G1	19	Iluminação Palcos 1 e 2	A iluminação será composta pelos itens: 16 led refletores par 64 3w/ 12 canais dimmersDMX / 04 movings heads 30w/ 01 máquina de fumaça 15.000w DMX com ventilador / 02 mini brutte ou maxi brutt/ 01 console digital DMX 20/48 canais pearlou equivalente / 01 buffer02 entradas e 04 saídas / treliças kit trave boxtrussQ30.	02	und		
	20	Sonorização Palco 1	A sonorização completa será composta pelos itens: Mesa de som amplificada, com no mínimo 16 canais / Caixas de som acústicas fixadas em tripé, com resposta de frequência entre 60 HZ e 20 HZ, em quantidade compatível para a realização de evento com até 100 pessoas / Amplificador (caso as caixas acústicas não sejam amplificadas) e periféricos. 02 Microfones sem fio. Com pedestal de mesa ou de chão quando necessário. Microfones sem fio unidirecional profissional, c/ bateria 9v.	01	und		
	21	Sonorização Palco 2	01 mesa 32 canais- 01 conjunto de periféricos/ 01power play e 01 processador) -01 Kit mic bateria 6 peças-06 pedestais de mic-01 cubo de baixo 150 rms01 cubo de guitarra-06 direct box.	01	und		
	22	Telão de led Palco 1	Painel de Led Interno de alta definição, com 5 (largura)x 3 (altura) metros, P4 com estrutura de box truss inclusa, para fixação e/ou sustentação do painel e todo cabeamento necessário. Dimensão do módulo: :960mmx960mmx94mm, processador de vídeo, compatível	01	und		

			com várias fontes de sinal de entrada, como AV, Vídeo S, VGA, DVI, YPbPr, HDMI, SDI, etc				
--	--	--	--	--	--	--	--

	Tabela 2 - PRODUTOS AUDIOVISUAIS						
--	---	--	--	--	--	--	--

	23	Jogo de mesas	Mesa de madeira de 70x70 cm e 4 cadeiras de madeira, todas dobráveis, conforme imagem abaixo. Medidas da cadeira aberta: 77x43x50. Medidas da cadeira fechada: 05x43x89. Altura do assento: 43CM, medida 35x38. Altura da mesa: 75 cm.	24	jogo		
	24	Jogo de mesas bistrô	Mesa redonda de 55 cm de diâmetro de madeira e 4 cadeiras de madeira, todas dobráveis.	24	jogo		
	25	Painel backdrop	Painel com impressão digital em lona vinílica de alta qualidade, estrutura em box truss, tamanho 3,50mx2,50m, com iluminação e acabamento em ilhós, com instalação através de braçadeiras ou similar. Arte fornecida pela Contratante.	02	und		

	Item	Descrição	Especificação	Quantidade	Unidade	Preço Unitário	Preço Total
G1	26	Vídeo editado	Serviço de captação de áudio e imagens com câmera de alta resolução, microfone externo e iluminação, para produção de vídeos editados, que deverão ter no máximo 1 minuto de duração cada um, fundo musical, legendas, efeitos de transição etc. O visual deverá ter 6 dinamicidade para redes sociais, mostrando cenas do evento, acontecimentos, entrevistas rápidas com participantes etc., conforme orientado pela Contratante. Deverão ser entregues 3 (três) vídeos por dia de evento.	6	un		
	27	Projeção mapeada	Duas projeções, exibidas nos dias do evento: uma dentro do espaço do Armazém 3, da Estação das Docas, e outra externa (sobre a água da baía do Guajará). O custo deverá contemplar Criação de conteúdo para projeção mapeada (conceituação e criação personalizada do conteúdo, áudio e trilha sonora), Animação 2D e 3D: animação em 3D, composição de imagens e efeitos visuais. Criação de áudio Design que engloba todas as etapas da parte de som e sonorização, incluindo o desenho das soluções de reprodução adequadas aos locais e conteúdos, a criação de faixas de áudio originais e/ou a inclusão de trilhas específicas no contexto das animações e/ou interações, bem como a finalização com a montagem destes elementos em uma faixa final a ser reproduzida (a empresa deverá possuir todos os softwares para produção), possíveis ajustes e alterações. Todos os conteúdos deverão ser inseridos em tempo real em projeções, video wall, telas, televisores, e outros meios, atingindo um grande nível de interatividade. O visual deverá ter uma dinamicidade dos live feeds de Twitter, Facebook ou conteúdo enviado pelo próprio público como fotos, vídeos, depoimentos	2	un		

			ou tags por exemplo. Incluir o projetor e demais equipamentos necessários a esta ação.				
--	--	--	--	--	--	--	--

	Tabela 3 - RECURSOS HUMANOS							
	Item	Descrição	Especificação	Qtde	Unidade		Preço Unitário	Preço Total
					Qtde	Medida		

G1	28	Coordenador de eventos	Disponibilização de profissional capacitado para a prestação de serviço de coordenação de eventos, sob supervisão do Contratante, responsável pela organização e execução do evento e coordenação de todos os profissionais envolvidos, protocolo cerimonial, entre outras incumbências inerentes ao planejamento, acompanhamento e desfecho do evento. Esse profissional deverá ser apresentado a Contratante logo após a assinatura do contrato para receber briefing e informações atualizadas sobre o evento que irá coordenar.	1	03	diárias		
	29	Assessor de Imprensa	Envio de releases, produção de matérias com sugestões de pauta, auxílio na marcação e suporte em entrevistas, credenciamento dos veículos que irão cobrir as atividades, auxiliar na mediação necessária entre assessorado e mídia, com o esclarecimento de dúvidas. Atender a imprensa durante o evento. Produção de matérias sobre o evento e textos para divulgação nas redes sociais. Esse profissional deverá ser apresentado à Contratante logo após a assinatura do contrato para receber briefing e informações atualizadas sobre o evento que irá assessorar.	1	10	diárias		
	30	Fotógrafo	Fotógrafo com equipamento digital profissional (DSRL) mínimo de 24 megapixels, flash, lentes e demais acessórios necessários a cobertura fotográfica de eventos, com entrega de imagens durante o evento via wi-fi ou cartão de memória e disponibilização das imagens para download na íntegra após o evento.	2	02	diárias		
	31	Operador de som	Profissional responsável pela operação e manutenção de qualquer tipo de equipamento audiovisual de som e imagem, computadores, microfones, mesa	2	02	diárias		

			de som e demais aparelhos eletrônicos a serem utilizados durante o evento (ver especificação dos itens 20, 21 e 22 do Lote 1.)					
	32	Operador de iluminação	Profissional capacitado e com experiência na atividade de iluminação de todos os tipos de evento (técnico e cultural), realizar suporte, desmontagem, afinação, programação, operação, ajustes e manuseio dos equipamentos dos sistemas de iluminação dos eventos. (ver especificação do item 19 do Lote 1.)	2	02	diárias		
	33	Segurança	Profissional uniformizado (terno) capacitado para realização de segurança (diurno e noturno) desarmado, com os equipamentos necessários para o desenvolvimento da função e com apresentação de nada consta da Polícia Civil e autorização da Polícia Federal.	04	06	diárias		

1. O prazo de validade da proposta é de __ (____) dias, contados da data de abertura do Pregão. (Prazo não inferior a 60 (sessenta) dias).

2. Nos preços indicados na planilha de preços acima estão incluídos todos os custos, benefícios, encargos, tributos e demais contribuições pertinentes.

3. Declaro conhecer a legislação de regência desta licitação e que os objetos serão fornecidos de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, que conhecemos e aceitamos em todos os seus termos.

Local e data_____

Assinatura do proponente ou do representante Legal

Obs.: Preencher em papel timbrado do profissional/empresa licitante

ANEXO III

MINUTA DE TERMO DE CONTRATO N°...../2022

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE
EMPRESA ESPECIALIZADA NA ORGANIZAÇÃO E
REALIZAÇÃO DE EVENTOS E CORRELATOS, COM
FORNECIMENTO DE TODA A INFRAESTRUTURA
NECESSÁRIA, INCLUINDO MONTAGEM E DESMONTAGEM
E CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS, QUE ENTRE SI
FAZEM A SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO
DA AMAZÔNIA – SUDAM E A
EMPRESA.....:**

A SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA – SUDAM, Autarquia Federal criada pela Lei Complementar nº 124, de 03 de janeiro de 2007 e regulamentada pelo Decreto nº 6.218, de 04.10.2007, sediada na Tv. Antônio Baena, nº1113, CEP 66093-082 na Cidade de Belém, Bairro do Marco, Estado do Pará, inscrita no CNPJ sob o nº 09.203.665.0001-77, e a empresa, sediada na, na cidade de, Bairro....., Estado do, inscrita no CNPJ Nº, doravante denominada simplesmente **CONTRATANTE**, neste ato representada por seu Diretor de Administração XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, brasileira, matrícula X, CPF/MF nº XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, nomeado para o exercício do cargo de Diretor de Administração desta Superintendência por meio do Decreto Presidencial XX domiciliado à na Tv. Antônio Baena, nº1113, CEP 66093-082, Bairro do Marco, Estado do Pará, Bloco “C”. 7º andar, Bairro Marco e de outro lado a empresa....., inscrita no CNPJ/MF sob o nº, com sede na, nº, bairro, UF, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por, portador da CI nº e do CPF/MF nº....., residente/domiciliado na....., nº, bairro, na cidade de, resolvem celebrar este Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº XX/2022, com sujeição à Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002; ao Decreto nº 3.555, de 08/08/2000; ao [Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019](#); ao Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, à IN/SLTI/MPOG nº 01, de 19/01/2010, à IN SEGES/MP nº 05/2017 e alterações ocorridas, e Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e as demais normas legais correlatas; naquilo que couber, ou qualquer outro que vier a lhes substituir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

- 1.1. O objeto desta licitação é a contratação de empresa especializada na organização e realização de eventos e correlatos, com fornecimento de toda a infraestrutura necessária, incluindo montagem e desmontagem e contratação de profissionais, conforme especificações, exigências e quantidades estabelecidas nos Anexos IA - Especificações e IIA - Modelos, do Termo de Referência.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão nº XX/2022 e à proposta vencedora - SEI nº XXX, constante no processo nº 59004.000942/2022-14, sendo dele parte integrante e inseparável, independentemente de transcrição.

1.3. Os itens objeto da contratação são os constantes no anexo deste contrato

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Edital, com início na data de/...../..... e encerramento em/...../.....

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO

3.1. O valor global da contratação é de R\$ (.....), tendo sido para tal fim emitida a Nota de Empenho nº.....

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2022, na classificação abaixo:

Plano de Trabalho Resumido (PTRES): 174432

Fonte: 0180532020/250

PI

Elemento da despesa: 339039 - Outros Sserviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO

5.1. O prazo para pagamento à CONTRATADA e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Item 15 do Termo de Referência e no Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.

CLÁUSULA SEXTA – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

6.1. Os Preços são fixos e irrevogáveis

CLÁUSULA SÉTIMA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

7.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução, devido à prestação de serviços ser por demanda, por diária, em caráter eventual e não ser de mão de obra exclusiva.

CLÁUSULA OITAVA – MODELO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E FISCALIZAÇÃO

8.1. O modelo de execução dos serviços a serem executados pela CONTRATADA, são aquelas previstos no Item 7 do Termo de Referência, anexo do Edital.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

9.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas nos Itens 9 e 10 do Termo de Referência, anexo do Edital.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. As sanções relacionadas à execução do contrato são aquelas previstas no Item 17 do Termo de Referência, anexo do Edital.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO

11.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido:

11.1.1. por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, e com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;

11.1.2. amigavelmente, nos termos do art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993.

11.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

11.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

11.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.4.3. Indenizações e multas.

11.5. O não pagamento dos salários e das verbas trabalhistas, e o não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias e para com o FGTS poderá dar ensejo à rescisão do contrato por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE e à aplicação das penalidades cabíveis (art. 8º, inciso IV, do Decreto nº 9.507, de 2018).

11.6. Quando da rescisão, o fiscal administrativo deverá verificar o pagamento pela CONTRATADA das verbas rescisórias ou os documentos que comprovem que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho (art. 64 a 66 da IN SEGES/MP nº 05/2017).

11.7. Até que a CONTRATADA comprove o disposto no item anterior, a CONTRATANTE reterá:

11.7.1. A garantia contratual, prestada com cobertura para os casos de descumprimento das obrigações de natureza trabalhista e previdenciária pela CONTRATADA, que será executada para reembolso dos prejuízos sofridos pela Administração, nos termos da legislação que rege a matéria; e

11.7.2. Os valores das Notas fiscais ou Faturas correspondentes em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

11.8. Na hipótese do subitem anterior, não havendo quitação das obrigações por parte da CONTRATADA no prazo de quinze dias, a CONTRATANTE poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da CONTRATADA que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato.

11.9. O CONTRATANTE poderá ainda:

11.9.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pela CONTRATADA, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

11.9.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 80 da Lei nº 8.666, de 1993, reter os eventuais créditos existentes em favor da CONTRATADA decorrentes do contrato.

11.10. O contrato poderá ser rescindido no caso de se constatar a ocorrência da vedação estabelecida no art. 5º do Decreto n.º 9.507, de 2018.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS VEDAÇÕES E PERMISSÕES

12.1. É vedado à CONTRATADA interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

12.2. É permitido à CONTRATADA caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020.

12.2.1. A cessão de crédito, a ser feita mediante celebração de termo aditivo, dependerá de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista da cessionária, bem como da certificação de que a cessionária não se encontra impedida de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

12.2.2. A crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratada) pela execução do objeto contratual, com o desconto de eventuais multas, glosas e prejuízos causados à Administração, sem prejuízo da utilização de institutos tais como os da conta vinculada e do pagamento direto previstos na IN SEGES/ME nº 5, de 2017.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS ALTERAÇÕES

13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, bem como do ANEXO X da IN/SEGES/MP nº 05, de 2017.

13.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS

14.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA PUBLICAÇÃO

15.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO

16.1. é eleito o foro da Justiça Federal, Seção Judiciária do Estado do Pará, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 55, §2º, da Lei nº 8.666/93.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes e por duas testemunhas.

Belém-PA, xx de xxxxxxxx de 2022

p/ CONTRATANTE

p/ CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

CPF n°

CPF n°

ANEXO DO DE TERMO DE CONTRATO N°/2022

Tabela 1 - ESTRUTURA FÍSICA

Item	Descrição	Especificação	Quantidade	Unidade	Preço Unitário	Preço Total
01	Barraca 2x2	Barracas com estrutura metálica desmontável com cobertura e saia de lona branca, com sistema de montagem rápida, com uma bancada de material metálico de 45 cm de largura, impermeável e resistente ao peso de 100 kg. As lonas da saia serão adesivadas com a identidade visual do evento em tamanho 1m largura x 0,90 de altura, centralizada, com decoração em sarrapilheira e fitas coloridas grossas alusivas às fitas do Círio de Nazaré (com inscrições), nos dois lados. As fitas também serão colocadas nas pontas de toda a cobertura de lona branca. As barracas terão um ponto de iluminação, 02 tomadas elétricas, uma 110 V e outra de 220 V. Deverão estar limpas e em excelente estado de conservação. Tamanho de 2 x 2 metros.	22	und		
02	Barraca 2x3	Barracas com estrutura metálica desmontável com cobertura e saia de lona branca, com sistema de montagem rápida, com uma bancada de material metálico de 45 cm de largura, impermeável e resistente ao peso de	06	und		

		150 kg. As lonas da saia terão impressão da identidade visual do evento em tamanho 1m largura x 0,90 de altura, centralizada, com decoração em sarrapilheira e fitas coloridas grossas alusivas às fitas do Círio de Nazaré (com inscrições), nos dois lados. As fitas também serão colocadas nas pontas de toda a cobertura de lona branca. As barracas terão um ponto de iluminação, 04 tomadas elétricas, duas 110 V e duas de 220 V. Deverão estar limpas e em excelente estado de conservação. Tamanho de 2 x 3 metros.				
03	Banqueta	Banqueta com estrutura metálica e estofado de courino ou similar na cor branco, conforme desenho no Anexo II. Altura até Assento: 72cm; Altura até Encosto: 95cm; Largura: 33cm; Diâmetro do Assento: 33cm; Dimensão do Encosto: 23 x 34cm; Cor da Base: Branco; Cor do Assento: Branco; Peso Máximo Suportado: 100 kg.	28	und		
04	Balcão armário	Balcão armário em octanorm, com porta de correr e uma prateleira interna, medindo 0,50 (largura) x 1,00 (comprimento) x 1,00 (altura) metro.	24	und		
05	Mesa de apoio	Mesa de apoio em ferro e madeira de 0,50 (largura) x 1,00 (comprimento) x 0,90 (altura) metro.	06	und		
06	Expositores de artesanato	Construídos em marcenaria e revestido de material TNT ou similar, imitando madeira de tom claro, com seis prateleiras e dois depósitos na base. Cada depósito terá duas portas sem chave. Medidas conforme modelo no Anexo II.	04	und		
07	Banco bistrô	Banco bistrô de madeira, regulável, medindo 0,38 (largura) x 0,37 (comprimento) x 1,00 (altura) metro.	08	und		
08	Espaço Institucional	Painel em Fórmica TS branco brilhante, conforme indicado no desenho no Anexo II. Forro vazado em toda sua extensão; iluminação com calhas auto portante a cada 03m². 10 unidades; tomadas de 110 V, no total de 10 unidades, conforme layout em Anexo II; Piso elevado com forração em tapete vinílico; Parede de vidro TIPO SPIDER, vidro de 6mm ou superior, temperado ou com qualidade equivalente.	01	und		

09	Poltrona de 1 lugar	Poltrona de 1 lugar, medindo 80 (largura) x 90 (comprimento) cm. Altura do assento = 45 cm, estilo em linhas retas e na cor cinza claro.	03	und		
10	Poltrona de 2 lugares	Poltrona de 2 lugares, medindo 80 (largura) x 150 (comprimento) cm. Altura do assento = 45 cm, estilo em linhas retas e na cor cinza claro.	01	und		
11	Mesa de centro	Mesa de centro, de madeira e vidro, medindo 45 (largura) x 60 (comprimento) cm. Altura = 38 cm.	01	und		
12	Mesa de canto	Mesa de canto, de madeira e vidro, medindo 40 x 40 cm. Altura = 50 cm.	04	und		
13	Puff 50x50	Puff de courino na cor branco, medindo 50 x 50 cm. Altura do assento = 45 cm.	03	und		
14	Puff 100x100	Puff Veneza com acabamento em botônê quadrado. Desenvolvido em madeira multilaminada e revestido em tecido linho cinza. Altura: 45 cm, Largura: 100 cm, Profundidade: 100 cm.	08	und		
15	Cachepô	Cachepô de madeira com vaso com planta de tamanho médio.	13	und		
16	Palco 1	Palco Praticável, em aço galvanizado e compensado naval de 25mm, alta resistência a carga e intempéries. Acarpetado, c/ pés reguláveis de 20 a 90cm de altura, com acabamento em tecido, escada, e se eventualmente for necessário com rodas. Medidas: 3 (largura) x 5 (comprimento) metros.	01	und		
17	Palco 2	Palco Praticável, em aço galvanizado e compensado naval de 25mm, alta resistência a carga e intempéries. Acarpetado, c/ pés reguláveis de 20 a 90cm de altura, com acabamento em tecido, escada, e se eventualmente for necessário com rodas. Medidas: 3 (largura) x 4 (comprimento) metros	01	und		
18	Tenda Palco 2	Cobertura em lona vinílica branco impermeável sobre tenda modulável em estrutura tubular metálica galvanizada, devendo a lona ter gramatura mínima de 700g/m² e filtro solar. Deverá ser montada sobre pilares com tubos galvanizados de diâmetro mínimo de 1 ½ polegadas (48,30 mm), contra ventados em tubos metálicos, devidamente estaiados no solo ou em outra estrutura de apoio através de cabos de aço; com lona de proteção lateral TRANSPARENTES, antimofo,	01	und		

		antichamas, antirraios e resistência a ruptura até 200kgf/m², com resistência a ventos de até 120 km/h. Deverão ser instaladas e ficar enroladas e desenrolar somente no momento de chuva. A tenda terá 02 (dois) pontos de iluminação pendente de lâmpada mista de no mínimo 250w ou Led de 75w, luminária de emergência de 30 leds, bivolt. Mínimo de 2 unidades. Deverão ser apresentadas limpas e em excelente estado de conservação. Tamanho: 6 x 6 metros.				
19	Iluminação Palcos 1 e 2	A iluminação será composta pelos itens: 16 led refletores par 64 3w/ 12 canais dimmersDMX / 04 movings heads 30w/ 01 máquina de fumaça 15.000w DMX com ventilador / 02 mini brutte ou maxi brutt/ 01 console digital DMX 20/48 canais pearlou equivalente / 01 buffer02 entradas e 04 saídas / treliças kit trave boxtrussQ30.	02	und		
20	Sonorização Palco 1	A sonorização completa será composta pelos itens: Mesa de som amplificada, com no mínimo 16 canais / Caixas de som acústicas fixadas em tripé, com resposta de frequência entre 60 HZ e 20 HZ, em quantidade compatível para a realização de evento com até 100 pessoas / Amplificador (caso as caixas acústicas não sejam amplificadas) e periféricos. 02 Microfones sem fio. Com pedestal de mesa ou de chão quando necessário. Microfones sem fio unidirecional profissional, c/ bateria 9v.	01	und		
21	Sonorização Palco 2	01 mesa 32 canais- 01 conjunto de periféricos/ 01power play e 01 processador) -01 Kit mic bateria 6 peças-06 pedestais de mic-01 cubo de baixo 150 rms01 cubo de guitarra-06 direct box.	01	und		
22	Telão de led Palco 1	Painel de Led Interno de alta definição, com 5 (largura)x 3 (altura) metros, P4 com estrutura de box truss inclusa, para fixação e/ou sustentação do painel e todo cabeamento necessário. Dimensão do módulo: :960mmx960mmx94mm, processador de vídeo, compatível com várias fontes de sinal de entrada, como AV, Vídeo S, VGA, DVI, YPbPr, HDMI, SDI, etc	01	und		

23	Jogo de mesas	Mesa de madeira de 70x70 cm e 4 cadeiras de madeira, todas dobráveis, conforme imagem abaixo. Medidas da cadeira aberta: 77x43x50. Medidas da cadeira fechada: 05x43x89. Altura do assento: 43CM, medida 35x38. Altura da mesa: 75 cm.	24	jogo		
24	Jogo de mesas bistrô	Mesa redonda de 55 cm de diâmetro de madeira e 4 cadeiras de madeira, todas dobráveis.	24	jogo		
25	Painel backdrop	Painel com impressão digital em lona vinílica de alta qualidade, estrutura em box truss, tamanho 3,50mx2,50m, com iluminação e acabamento em ilhós, com instalação através de braçadeiras ou similar. Arte fornecida pela Contratante.	02	und		

Tabela 2 - PRODUTOS AUDIOVISUAIS						
Item	Descrição	Especificação	Quantidade	Unidade	Preço Unitário	Preço Total
26	Vídeo editado	Serviço de captação de áudio e imagens com câmera de alta resolução, microfone externo e iluminação, para produção de vídeos editados, que deverão ter no máximo 1 minuto de duração cada um, fundo musical, legendas, efeitos de transição etc. O visual deverá ter dinamicidade para redes sociais, mostrando cenas do evento, acontecimentos, entrevistas rápidas com participantes etc., conforme orientado pela Contratante. Deverão ser entregues 3 (três) vídeos por dia de evento.	6	un		
27	Projeção mapeada	Duas projeções, exibidas nos dias do evento: uma dentro do espaço do Armazém 3, da Estação das Docas, e outra externa (sobre a água da baía do Guajará). O custo deverá contemplar Criação de conteúdo para projeção mapeada (conceituação e criação personalizada do conteúdo, áudio e trilha sonora), Animação 2D e 3D: animação em 3D, composição de imagens e efeitos visuais. Criação de áudio Design que engloba todas as etapas da parte de som e sonorização, incluindo o desenho das soluções de reprodução adequadas aos locais e conteúdos, a criação de faixas de áudio originais e/ou a inclusão de trilhas específicas no contexto das animações e/ou interações, bem como a finalização com a montagem destes elementos em uma faixa final a ser reproduzida (a empresa deverá possuir todos os softwares para produção), possíveis ajustes e alterações. Todos os conteúdos deverão ser inseridos em tempo real em projeções, video wall, telas, televisores, e outros meios, atingindo um grande nível de interatividade. O visual deverá ter uma dinamicidade dos live feeds de Twitter, Facebook ou conteúdo enviado pelo próprio público como fotos, vídeos, depoimentos ou tags por exemplo. Incluir o projetor e demais equipamentos necessários a esta ação.	2	un		

Tabela 3 - RECURSOS HUMANOS

Item	Descrição	Especificação	Qtde	Unidade		Preço	Preço
				Qtde	Medida	Unitário	Total
28	Coordenador de eventos	Disponibilização de profissional capacitado para a prestação de serviço de coordenação de eventos, sob supervisão do Contratante, responsável pela organização e execução do evento e coordenação de todos os profissionais envolvidos, protocolo cerimonial, entre outras incumbências inerentes ao planejamento, acompanhamento e desfecho do evento. Esse profissional deverá ser apresentado a Contratante logo após a assinatura do contrato para receber briefing e informações atualizadas sobre o evento que irá coordenar.	1	03	diárias		
29	Assessor de Imprensa	Envio de releases, produção de matérias com sugestões de pauta, auxílio na marcação e suporte em entrevistas, credenciamento dos veículos que irão cobrir as atividades, auxiliar na mediação necessária entre assessorado e mídia, com o esclarecimento de dúvidas. Atender a imprensa durante o evento. Produção de matérias sobre o evento e textos para divulgação nas redes sociais. Esse profissional deverá ser apresentado à Contratante logo após a assinatura do contrato para receber briefing e informações atualizadas sobre o evento que irá assessorar.	1	10	diárias		
30	Fotógrafo	Fotógrafo com equipamento digital profissional (DSRL) mínimo de 24 megapixels, flash, lentes e demais acessórios necessários a cobertura fotográfica de eventos, com entrega de imagens durante o evento via wi-fi ou cartão de	2	02	diárias		

		memória e disponibilização das imagens para download na integra após o evento.					
31	Operador de som	Profissional responsável pela operação e manutenção de qualquer tipo de equipamento audiovisual de som e imagem, computadores, microfones, mesa de som e demais aparelhos eletrônicos a serem utilizados durante o evento (ver especificação dos itens 20, 21 e 22 do Lote 1.)	2	02	diárias		
32	Operador de iluminação	Profissional capacitado e com experiência na atividade de iluminação de todos os tipos de evento (técnico e cultural), realizar suporte, desmontagem, afinação, programação, operação, ajustes e manuseio dos equipamentos dos sistemas de iluminação dos eventos. (ver especificação do item 19 do Lote 1.)	2	02	diárias		
33	Segurança	Profissional uniformizado (terno) capacitado para realização de segurança (diurno e noturno) desarmado, com os equipamentos necessários para o desenvolvimento da função e com apresentação de nada consta da Polícia Civil e autorização da Polícia Federal.	04	06	diárias		

ANEXO IV
MODELO DE DECLARAÇÃO INDICAÇÃO DO RESPONSÁVEL TÉCNICO

Em atendimento ao Item 9.10.3 do edital do Pregão Eletrônico nº09/2022, declaramos que o que apresentaremos o(s) profissional(is), na data de assinatura do contrato, com o respectivos registro(s) em seu Conselho(s) com responsabilidade técnica exigido(s) pelo item 7.10 do Termo Referência do referido pregão que acompanhará(ão) a execução dos serviços, caso esta empresa logre vencer a presente licitação.

xxxí, XX de XXXXXX de 2022

(Nome, RG, CPF, Assinatura do Representante Legal)